



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PODER JUDICIÁRIO

VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL, DOS REGISTROS
PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE GUARAPARI - ES.

PROCESSO Nº 021.100.094.248

SENTENÇA

Vistos etc ...

Cuidam os presentes autos de embargos à execução fiscal propostos por Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, sociedade de economia mista estadual, devidamente qualificada na inicial, em face do Município de Guarapari, onde alega que a ação executiva promovida pelo ora embargado, consubstanciada na certidão de dívida ativa nº 0000017/2009, apurada através do auto de infração nº 2004/06, que por sua vez é decorrente de suposto débito relativo à falta de recolhimento de ISSQN, em face dos serviços de saneamento básico prestados pela ora embargante não deve prosperar, haja vista que a pretensão municipal carece de substrato jurídico que autorize a tributação em apreço.

Alega ainda a embargante que o Código Tributário Municipal não pode sobrepor-se à norma constitucional que prevê a imunidade recíproca, não podendo também ampliar o rol restritivo da lista de serviços não contemplados na lei complementar nº 56/87 e lei complementar nº 116/03, posto que os serviços públicos essenciais de abastecimento de água não equivalem a saneamento ambiental e portanto não estão sujeitos à incidência do ISSQN.

Alega também que as empresas contratadas pela embargante é que promovem o recolhimento do ISS, não podendo o tributo em questão ser exigido em mais de uma oportunidade.

Desse modo, requer sejam acolhidos os presentes embargos à execução fiscal para tornar nulo todo o processo executório, com a condenação do embargado em honorários advocatícios inerentes à sucumbência.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 30/83.

O Município embargado apresenta impugnação às fls. 86/88, onde alega que não houve interpretação extensiva da lista de serviços da Lei complementar nº 116/03, haja vista que a atividade desenvolvida pela embargante se enquadra no item 7.12 da Lei Municipal nº 237/04 e no item 7.12, da Lei complementar nº 116/03.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PODER JUDICIÁRIO

VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL, DOS REGISTROS
PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE GUARAPARI - ES.

Diz também que o texto constitucional não reconhece imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista, como é o caso da embargante, a qual não apresentou fato ou documentos capaz de ilidir a presunção que paira sobre o título executivo em questão, ônus que lhe competia por força do disposto no art. 333, inc. I, do CPC.

Culmina por requerer sejam julgados improcedentes, os presentes embargos à execução, com a condenação da embargante nas cominações de estilo.

O despacho de admissibilidade dos presentes embargos à execução acha-se exarado à fl. 90 verso e o comprovante do recolhimento de custas foi anexado à fl. 91.

Apensados a estes encontram-se os autos do processo nº 021.090.048.675, que cuidam da execução fiscal ora embargada.

É o relatório. DECIDO.

Conheço diretamente do pedido, pois entendo que a questão de mérito é unicamente de direito, não havendo necessidade de produção de provas em audiência, o que faço com fulcro no art. 330, inc. I, do CPC.

E, analisando o mérito dos presentes embargos, tenho que, em primeiro lugar, deve ser decidido se a sociedade de economia mista estatal, natureza jurídica da embargante, é abrangida pela imunidade tributária recíproca, cominada no art. 150, inc. VI, al. "a", da Constituição Federal, haja vista que as demais discussões, ampliação ou não de rol restritivo da lista de serviços elencados em lei complementar em confronto com legislação municipal e o recolhimento do ISS por empresa terceirizada, somente devem ser examinadas caso seja negada a tese da embargante quanto à alegada imunidade tributária recíproca.

Desse modo, sobre a matéria da imunidade tributária recíproca tem-se que o Colendo Supremo Tribunal Federal já definiu que referida imunidade tributária abrange as sociedades de economia mista, como é o caso da ora embargante, posto que consideradas como verdadeira extensão da Administração Pública.

O farto material jurisprudencial citado nestes autos e, em especial, nos autos da execução fiscal em apenso, às fls. 159/173, advindo dos Tribunais Superiores, nos dão a certeza da procedência destes embargos à execução fiscal, haja vista que julgar contrariamente a isso resultaria apenas no atraso da prestação jurisdicional, caso tivesse entendimento contrário, o que não ocorre.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PODER JUDICIÁRIO

VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL, DOS REGISTROS
PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE GUARAPARI - ES

Faço então apenas menção à recente decisão monocrática da eminente Ministra Carmem Lúcia, exarada nos autos do Recurso Especial nº 629582 / PB, julgado em 11/11/2010, a qual faz menção a diversos julgados do Colendo Supremo Tribunal Federal, todos no sentido de reconhecer a incidência da imunidade tributária recíproca para sociedades de economia mista, delegatária de serviço público, a exemplo da embargante, assim:

"DECISÃO: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ART. 150, INC. VI, ALÍNEA A, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMUNIDADE EXTENSIVA A SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DELEGATÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS. JULGADO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea a, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça da Paraíba: "Trata-se de Mandado de Segurança ajuizado pela CAGEPA - Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba em face do Município de João Pessoa, que se insurge contra auto de infração no qual a empresa não recolhera ISSQN nos meses de Janeiro de 99 a Julho de 2003.

A matéria, devolvida em sede do Recurso de Apelação, gravita em torno da possibilidade ou não da Sociedade de Economia Mista — natureza jurídica da impetrante — ser considerada para a proteção da imunidade tributária prevista no art. 150, VI da Constituição Federal.

A sentença a quo foi no sentido de denegar a segurança por entender que não é aplicável a mencionada regra da imunidade tributária à CAGEPA, visto que esta exerceria atividade econômica, marcada pela contraprestação dos usuários por meio de preços ou tarifas. Tal proteção só valeria para os entes da Administração Direta e estendendo às autarquias e fundações públicas. Entendo que a r. Sentença merece ser reformada.

Sabe-se que um extenso rol de atribuições originariamente cometidos à Administração Direta pode ser por esta conferido, o que se denomina 'descentralização administrativa', para maior eficácia na prestação dos serviços públicos. Neste raciocínio, várias atribuições podem ser conferidas às entidades consideradas como da Administração Indireta, que são as Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista.

(...)

Assim, em diversos dispositivos Constitucionais, exemplo do artigos 22, XXVII, 37, XVII, 37, XIX, 71, II, 173, §§ 1º e 2º, é possível vislumbrar a possibilidade de instituição de sociedades de economia mista como entes de descentralização das atividades da Administração Pública.

Portanto, apesar de a Sociedade de Economia Mista ter natureza de pessoa jurídica de direito privado, é constituída por capital público e privado, por isso que é denominada como mista. A parte do capital público deve ser major, devendo a maioria das ações estar sob o controle do Poder Público. Desta forma, apesar da natureza privada (art. 173, § 1º, II, CF), estão sob o influxo das normas de direito público, como por exemplo, devem sujeitar-se à lei de

94
8

Impresso por: 9942872

DE CASTRO

Assinatura do Juiz



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PODER JUDICIÁRIO

VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL, DOS REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE GUARAPARI - ES.

licitações e são fiscalizadas pelos tribunais de contas (art. 173, § 1º, III e art. 71, II, CF).

É sob este prisma que deve ser enfrentada a questão da imunidade tributária, uma vez que trata-se de fazer a interpretação teleológica da norma constitucional ou seja, tendo em vista os objetivos que o Estado almeja ao conceder tais privilégios fiscais. Assim dispõe o art. 150, VI, CF (...).

Entendo que o fato de a sociedade de economia mista sujeitar-se às regras de direito privado e o fato de poder esse tipo de sociedade eventualmente explorar atividade econômica não lhe retiram a condição para o exercício de atividades afins ao poder de polícia administrativa, poder prestar serviços públicos e executar obras públicas e por essa razão, não podem ser tidas como simples exploradoras de atividade econômicas.

Quando a Constituição repele a tributação entre esferas de governo distintas, por meio do art. 150, traz a chamada imunidade recíproca cujo objetivo é o respeito ao princípio federalista que determina autonomia e cooperação entre os entes. Entendo que tal proteção deve sim ser estendida, além das autarquias, às empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que estas prestem serviços públicos, este serviço seja de prestação originalmente obrigatória e exclusiva do Estado, e ainda, em caráter de monopólio. É bem distinto do caso em que, através de uma sociedade de economia mista, o Ente estivesse explorando, diretamente atividade econômica em concorrência com a iniciativa privada, ferindo o princípio constitucional da ampla concorrência.

(...)

Ainda, em caso praticamente análogo, se pronunciou neste sentido o Ministro Gilmar Mendes: "O Tribunal concedeu medida cautelar em ação cautelar ajuizada pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD para suspender os efeitos de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do referido Estado-membro em apelação, até julgamento de agravo de instrumento interposto contra decisão que não admitira recurso extraordinário da empresa no qual pretende seja reconhecido seu direito à imunidade recíproca incidente sobre o fato gerador do IPTU (CE art. 150, VI, a). Entendeu-se que, em situações excepcionais, nas quais são patentes a alta plausibilidade jurídica do pedido — decorrente do fato de a decisão recorrida contrariar jurisprudência ou súmula do STF — e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação — consubstanciada pela execução do acórdão recorrido —, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar mesmo que o recurso extraordinário tenha sido objeto de juízo negativo de admissibilidade e o agravo de instrumento interposto contra essa decisão ainda não se encontre sob a jurisdição do STF. Considerou-se que, no caso, o acórdão objeto do recurso extraordinário parece afrontar jurisprudência da Corte firmada no julgamento do RE 407099/RS (DJU de 6.8.2004), tendo em conta que a CAERD é sociedade de economia mista prestadora do serviço público obrigatório de saneamento básico, portanto, abrangida pela aludida imunidade tributária. Além disso, ressaltou-se ser manifesta a urgência da pretensão cautelar, porquanto, com a execução do acórdão recorrido, a companhia será obrigada a pagar os débitos tributários em discussão, gerando a inscrição em dívida ativa e as consequências oriundas desse fato" (AC 1550 MC/RO, rel. Min. Gilmar Mendes, 6.2.2007, publicada em 18/05/2007)" (Rs. 396-399).

2. O Recorrente afirma que o Tribunal a quo teria contrariado os arts. 150, inc. VI, alínea a, e § 3º, e 173, § 2º, da Constituição da República.

Alega que: "No caso ora em análise, verifica-se a exploração de uma atividade econômica, configurada na prestação dos serviços de água e esgoto, como

Impresso por: 99428723

Despacho do Juiz de Direito
13/05/2007



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PODER JUDICIÁRIO

VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL, DOS REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE GUARAPARI - ES

também, verifica-se a contraprestação do pagamento de tarifas pelos usuários de tais serviços (...).

[A Recorrida] desenvolve serviços que, embora de interesse do Estado, podem ser delegados/concedidos/permitidos/autorizados a terceiros (...).

A imunidade recíproca somente alcança os serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado" (fls. 438-439 – grifos nossos).

Analisados os elementos havidos nos autos, DECIDO.

3. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

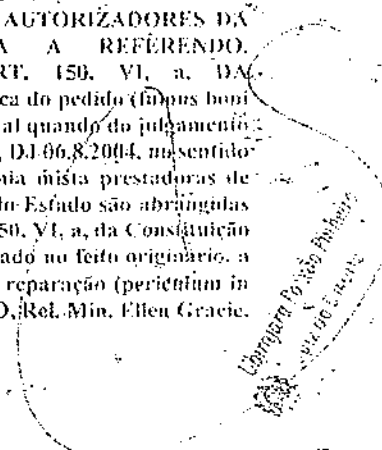
4. Pela jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, a imunidade tributária prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da Constituição da República alcança as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos que não atuem em ambiente concorrencial.

Na espécie vertente, tem-se a prestação exclusiva de serviço público essencial (fornecimento de água e esgoto) por ente da Administração Pública Indireta (sociedade de economia mista), e não por sociedade empresária concessionária de serviço público, circunstância que atrai a incidência da imunidade recíproca. Nesse sentido:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE RECÍPROCA. AUTARQUIA. SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO. ATIVIDADE REMUNERADA POR CONTRAPRESTAÇÃO. APLICABILIDADE. ART. 150, §3º DA CONSTITUIÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. 1. Definem o alcance da imunidade tributária recíproca sua vocação para servir como salvaguarda do pacto federativo, para evitar pressões políticas entre entes federados ou para desonerar atividades desprovidas de presunção de riqueza. 2. É aplicável a imunidade tributária recíproca às autarquias e empresas públicas que prestem inequívoco serviço público, desde que, entre outros requisitos constitucionais e legais não distribuam lucros ou resultados diretos ou indiretamente a particulares, ou tenham por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao poder público (ausência de capacidade contributiva) e não desempenhem atividade econômica, de modo a conferir vantagem não extensível às empresas privadas (livre iniciativa e concorrência). 3. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto é imune à tributação por impostos (art. 150, VI, a e §§ 2º e 3º da Constituição). A cobrança de tarifas, isoladamente considerada, não altera a conclusão. Agravo regimental conhecido, mas ao qual se nega provimento" (RE 399.307-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe 30.4.2010 – grifos nossos).

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA TUTELA. AÇÃO CAUTELAR SUBMETIDA A REFERENDO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE RECÍPROCA. ART. 150, VI, a, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. Plausibilidade jurídica do pedido (fides boni juris) diante do entendimento firmado por este Tribunal quando do julgamento do RE 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 06.8.2004, no sentido de que as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal. 2. Exigibilidade imediata do tributo questionado no feito originário, a caracterizar o risco de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora). 3. Decisão cautelar referendada" (AC 1.851-QO, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 1º.8.2008 – grifos nossos).

Impresso por: 99428725





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PODER JUDICIÁRIO

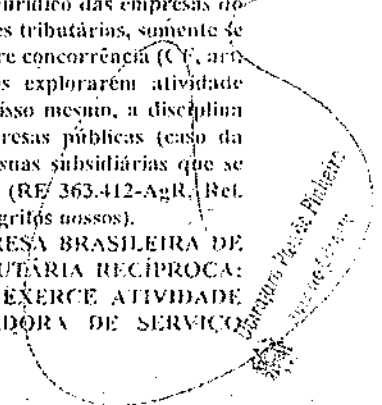
VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL, DOS REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE GUARAPARI - ES.

“INFRAERO - EMPRESA PÚBLICA FEDERAL VOCACIONADA A EXECUTAR, COMO ATIVIDADE-FIM, EM FUNÇÃO DE SUA ESPECÍFICA DESTINAÇÃO INSTITUCIONAL, SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MATÉRIA SOB RESERVA CONSTITUCIONAL DE MONOPÓLIO ESTATAL (CF, ART. 21, XII, "C") - POSSIBILIDADE DE A UNIÃO FEDERAL OUTORGAR, POR LEI, A UMA EMPRESA GOVERNAMENTAL, O EXERCÍCIO DESSE ENCARGO, SEM QUE ESTE PERCA O ATRIBUTO DE ESTATALIDADE QUE LHE É PRÓPRIO - OPÇÃO CONSTITUCIONALMENTE LEGÍTIMA - CRIAÇÃO DA INFRAERO COMO INSTRUMENTALIDADE ADMINISTRATIVA DA UNIÃO FEDERAL, INCUMBIDA, NESSA CONDIÇÃO INSTITUCIONAL, DE EXECUTAR TÍPICO SERVIÇO PÚBLICO (LEI Nº 5.862/1972) - CONSEQUENTE EXTENSÃO, A ESSA EMPRESA PÚBLICA, EM MATÉRIA DE IMPOSTOS, DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL, FUNDADA NA GARANTIA DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (CF, ART. 150, VI, "A") - O ALTO SIGNIFICADO POLÍTICO-JURÍDICO DESSA GARANTIA CONSTITUCIONAL, QUE TRADUZ UMA DAS PROJEÇÕES CONCRETIZADORAS DO POSTULADO DA FEDERAÇÃO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DA INFRAERO, EM FACE DO ISS, QUANTO ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS NO DESEMPENHO DO ENCARGO, QUE, A ELA OUTORGADO, FOI DEFERIDO, CONSTITUCIONALMENTE, À UNIÃO FEDERAL - DOUTRINA - JURISPRUDÊNCIA - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AGRAVO IMPROVIDO. - A INFRAERO, que é empresa pública, executa, como atividade-fim, em regime de monopólio, serviços de infra-estrutura aeroportuária constitucionalmente outorgados à União Federal, qualificando-se, em razão de sua específica destinação institucional, como entidade delegatária dos serviços públicos à que se refere o art. 21, inciso XII, alínea "c", da Lei Fundamental, o que exclui essa empresa governamental, em matéria de impostos, por efeito da imunidade tributária recíproca (CF, art. 150, VI, "A"), do poder de tributar dos entes políticos em geral. Consequente inexistência, por parte do Município tributante, do ISS referente às atividades executadas pela INFRAERO na prestação dos serviços públicos de infra-estrutura aeroportuária e daquelas necessárias à realização dessa atividade-fim. O ALTO SIGNIFICADO POLÍTICO-JURÍDICO, DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA, QUE REPRESENTA VERDADEIRA GARANTIA INSTITUCIONAL DE PRESERVAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO. DOUTRINA. PRECEDENTES DO STF. INAPLICABILIDADE, À INFRAERO, DA REGRA INSCRITA NO ART. 150, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO. - A submissão ao regime jurídico das empresas do setor privado, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributárias, somente se justifica, como consectário natural do postulado da livre concorrência (CF, art. 170, IV), se e quando as empresas governamentais explorarem atividade econômica em sentido estrito, não se aplicando, por isso mesmo, a disciplina prevista no art. 173, § 1º, da Constituição, às empresas públicas (caso da INFRAERO), às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que se qualifiquem como delegatárias de serviços públicos” (RE 363.412-Agr. Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe 19.9.2008 - grifos nossos).

“CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO. ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA: C.F., art. 150, VI, a. EMPRESA PÚBLICA QUE EXERCE ATIVIDADE ECONÔMICA E EMPRESA PÚBLICA PRESTADORA DE SERVIÇO

92
6

Impresso por: 99428725





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL, DOS REGISTROS
PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE GUARAPARI - ES.

PÚBLICO: DISTINÇÃO. TAXAS: IMUNIDADE RECÍPROCA:
INEXISTÊNCIA: I. - As empresas públicas prestadoras de serviço público distinguem-se das que exercem atividade econômica. A ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é prestadora de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, motivo por que está abrangida pela imunidade tributária recíproca: C.F., art. 150, VI, a. Precedentes do STF: RE 424.227/SC, 407.099/RS, 354.897/RS, 356.122/RS e 398.630/SP, Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma. II. - A imunidade tributária recíproca - C.F., art. 150, VI, a - somente é aplicável a impostos, não alcançando as taxas. III. - R.E. conhecido e improvido" (RE 424.227, Rel. Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 10.9.2004 - grifos nossos). Dessa orientação jurisprudencial não divergiu o julgado recorrido.
S. Pelo exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Publique-se. Brasília, 11 de novembro de 2010. Ministra CÁRMEN LÚCIA, Relatora"

Portanto, forçoso é concluir que a imunidade tributária prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da Constituição da República alcança as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos que não atuem em ambiente concorrencial.

No presente caso, tem-se que a embargante presta exclusivamente serviço público essencial (fornecimento de água e esgoto), sendo considerada como ente da Administração Pública Indireta (sociedade de economia mista estatal), não podendo ser comparada com sociedade empresária concessionária de serviço público, circunstância que atrai a incidência da imunidade recíproca.

Pelo exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido para reconhecer a imunidade tributária da CESAN, ora embargante, quanto à incidência do ISSQN sobre os serviços que presta, tornando, em consequência, nulo o processo de execução em questão (autos do processo nº 021.090.048.675 em apensos).

Outrossim, determino, incontinentemente, que seja procedida a liberação da importância anteriormente bloqueada através do Sistema BACENJUD.

Por fim, com fulcro no art. 269, inc. I, do CPC, julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito e, via de consequência, condeno o Município embargado nas custas do processo e honorários advocatícios que ora arbitro em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que faço com fulcro no art. 20, do CPC.

Liberação da importância
11/11/2010
Jus. de 1ª Inst.



79
Ø

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL, DOS REGISTROS
PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE GUARAPARI-ES.

A presente sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição,
na forma como dispõe o art. 475, inc. I, do CPC.

P.R.I.

Transitada em julgado, junte-se cópia da presente nos autos
principais e arquivem-se estes autos, com as cautelas de estilo.

Guarapari, 18 de abril de 2011.

Ubirajara Paixão Pinheiro.
Juiz de Direito

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
Em: 26/10/2017 - 16:47:24